

CAPÍTULOS DA HISTÓRIA DO BRASIL: O ESTADO NOVO E SUA CHANCELARIA

Ronaldo Pereira Gonçalves¹

Abstract: So much the new state and the Chancelerry Estadonovista are themes of History of Brasil as well as also the health of the history of International Relationships. Being under focus of this last one that this work was produced. The New State (1937-45) was a moment of the history of Brasil in that na accentuad nacionalism prevailed as well as the excellence of the braralian diplomacy was evidence. And besides the impornance of the aspects already considered. It's necessary to say of the very big importance of two extraordinary international facts happenend in Rio de Janeiro in 1942: Conference of the American Chancellors and the Agreement of Limits celebrated between Peru and Ecuador. And it close up the work bering shown reasons that took Brasil to declare war to Germany.

1. Introdução

O presente ensaio aborda a História do Brasil, entre 1937-45, período este conhecido como “Estado Novo” e que não tem sido muito contemplado pela historiografia nacional. Também deve ser dito, que só mais recentemente, a rigor após o aparecimento

¹ Mestre em História Ibero-Americana, PUC-RS, 1966. Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão. Rua Maringá 1200, Francisco Beltrão - Paraná, Cx. Postal 251, CEP 85.605-010.

Faz Ciência	Francisco Beltrão	v.2	nº 01	p. 75-102	1998
-------------	-------------------	-----	-------	-----------	------

da obra "Introdução a História das Relações Internacionais", de Pierre Renouvin e Jean Baptiste Durosele, em 1964, é que vem surgido no Brasil, um maior interesse na produção de trabalhos de acordo com o enfoque oferecido pela História das Relações Internacionais, sendo este o viés aqui seguido.

Inicialmente deve ser dito que os assuntos aqui selecionados para serem examinados dentro do contexto estadonovista obedecem as necessidades de um trabalho maior, ora em execução. Esclarecidos estes aspectos iniciais, julga-se de importância esclarecer que para o ensaio que aqui se apresenta, foram escolhidos três assuntos gerais para uma pequena análise: A emergência do Estado Novo; A Chancelaria do Estado Novo e Os Grandes momentos da Chancelaria Estadonovista.

No que diz respeito ao primeiro assunto, procura-se explicar o Estado Novo como fruto de uma conjuntura internacional que precedeu a Segunda Guerra Mundial. Já o segundo enfoque recai sobre a estrutura do Ministério das Relações Exteriores do Brasil bem como o papel que representou o Ministro Oswaldo Aranha para a Chancelaria do Rio de Janeiro. E a terceira abordagem preocupa-se em investigar em rápidas linhas os momentos de maior relevância da Chancelaria Estadonovista. Isto é, ressaltar as ocorrências de maior repercussão havidas no Hemisfério americano nas quais o Brasil tenha participado. Aqui nesta parte do trabalho será visto, que o Ministério de Relações Exteriores do Brasil, também chamado de Itamaraty, participou de maneira bastante ativa em praticamente quase todas as Conferências Americanas ressaltando-se a Conferência dos Chanceleres ocorrida na cidade do Rio de Janeiro e o importantíssimo trabalho de mediação das pendências fronteiriças entre o Peru e o Equador. O período em exame transcorreu em um momento de grande tensão internacional devido à Segunda Guerra Mundial. E o Chefe brasileiro, Getúlio Vargas, correndo riscos, mandou devolver os passaportes dos Embaixadores dos países do Eixo acreditados no Rio de Janeiro bem como permitiu ao Ministro Oswaldo Aranha declarar o estado de guerra entre o Brasil e a Alemanha.

No primeiro enfoque, procura-se analisar em que consistiu o assim denominado Estado Novo. Inicialmente deve ser dito que o contexto internacional que precede a Segunda Guerra mundial, forjou a emergência Estadonovista que como diz Roberto GABINI, fez o jogo duplo de Getúlio Vargas.

Entretanto para uma análise do Estado Novo não é possível deixar de fazer uma "visita" ao Palácio São Joaquim, no Rio de Janeiro, residência oficial do Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra, pois este religioso constituiu-se durante toda vigência da administração de Getúlio Vargas, a principal autoridade da Igreja Católica no Brasil. Ao estudar-se este deste período, percebe-se também a erupção do nacionalismo brasileiro, que atingiu o seu auge com a substituição das bandeiras estaduais, pelo pavilhão nacional do Brasil, como o único a tremular em todos os mastros do território do Governo do Rio de Janeiro. E por fim como consideração geral importa lembrar a presença dos ideólogos do regime de Vargas, como Azevedo do Amaral e Francisco Campos que procuram justificar o regime de Vargas, através de publicações oficiais.

2. A emergência do Estado Novo

Transcorria o dia dez de novembro de 1937, quando o Presidente legal do Brasil, Getúlio Dornelles Vargas, já em final de mandato, respaldado no apoio do alto comando militar, protagonizou um Golpe de Estado. Com este ato de força o mandatário fechou o Congresso Nacional, decretou o fim dos partidos políticos, das eleições, suprimiu as garantias individuais e outorgou ao país, uma nova Carta Constitucional caracterizada por conceder ao Chefe de Estado, a maioria dos poderes decisórios.

Antecedendo a estes fatos, em novembro de 1935, o Partido Comunista do Brasil, havia tentado apoderar-se do poder, através de uma revolta armada que, no entanto resultou em fracasso. Nos dois anos seguintes, tendo em vista este e outros fatos, o regime de Vargas, acirrou a repressão policial, tornando tenso o clima

político no Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo, a opinião pública brasileira agitava-se com o pleito para a presidência da República, que afinal em nada resultou, pois Vargas suspendeu as eleições. É também necessário dizer, para um melhor conhecimento dos fatos, que nesta época, a Igreja Católica no Brasil estava sob a influência do Cardeal Leme que mantinha um bom relacionamento com Vargas, isto sem falar no conservadorismo de Dom João Becker, que por muitos anos foi o titular da Cúria Metropolitana de Porto Alegre onde exerceu grande influência não só pastoral, mas também política.

Observando-se o relacionamento entre estes religiosos e o a cúpula do regime instaurado é possível concluir-se pela existência de um verdadeiro sistema de "parceria". Ao Arcebispo interessava aumentar o número de seus fiéis. Ao Chefe de Estado, importava reprimir os opositores do regime. Isto posto, os órgãos de segurança, denominavam de "comunistas" todo e qualquer indivíduo que tivesse uma postura avessa a forma pela qual Vargas conduzia os Negócios de Estado. E, neste contexto, o Cardeal Leme, em 1937, divulgou a encíclica papal "Divini Redemptoris" bem como sua obra "Pastoral Coletiva", ambas de grande repercussão nacional e caracterizadas como um verdadeiro ataque a doutrina marxista.¹

Nesta política de mútua cordialidade, entre Igreja e Estado², assinale-se que em 1940, através de um Decreto Federal, Vargas autorizou o funcionamento da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, (PUC-RJ). E, por sua parte, o velho Cardeal da capital da República hipotecou solidariedade ao Governo do Rio de Janeiro, notadamente quando este deu a público a declaração de guerra aos países do Eixo.

No plano internacional, antecedendo a estes fatos, a rivalidade entre a Alemanha e Estados Unidos, pela disputa dos

¹ Observe-se que nesta época, foi introduzida no ensino primária a disciplina de religião, porém na prática, esta significava, ministrar tão só, conteúdos de interesse da Igreja Católica.

² Sob este aspecto, leia-se "A Sacralização do Poder", de Alcir Lenharo.

novos mercados comerciais e de abastecimento de matérias primas, refletiu-se no Brasil, dando origem a duas correntes antagônicas no regime de Vargas.

- A primeira delas, liderada por Filinto Muller, Chefe de Polícia do Distrito Federal, desejava estreitar os laços com os países do Eixo, quer fosse em termos de política ou economia. Pensava esta corrente partidária que a única maneira viável para que o Brasil viesse a Ter uma usina siderúrgica para a sua industrialização e sobrepujar a vantagem obtida pela Argentina seria negociar com a Alemanha. Para tanto, o Governo de Berlim oferecia ajuda financeira, além do armamento para o despreparado exército brasileiro equiparar-se ao rival platino.

- A segunda corrente, cujo expoente era Oswaldo Aranha, Embaixador brasileiro em Washington propunha o alinhamento com os Estados Unidos, pois este além de parceiro comercial poderia fornecer capital e tecnologia para a instalação de uma grande Usina siderúrgica capaz de abastecer todo parque industrial brasileiro.

Este alinhamento seria o mais indicado, tendo em vista a posição geográfica de ambos os países. Além disso, o Presidente norte-americano, acenava com a possibilidade de ajuda bélica e financeira semelhante à proposição dos alemães.

Fica evidenciado, que o Estado Novo, como passou a ser conhecido este período da história do Brasil, estava vinculado de maneira direta aos episódios da conjuntura internacional da época. É ao mesmo tempo, um período abertamente autoritário e declaradamente nacionalista tendo sua implantação sido interpretada, por alguns autores, como um passo dado por Vargas, na direção do combate a crônica desordem política e econômica do Brasil. Neste último plano, a política intervencionista estatal teve um importante papel para o processo de industrialização brasileira, pois foi posto em prática um processo de substituição das importações.

Quer-se com isto dizer que, com a vigência do Governo Vargas 1937-45, transcorreu no Brasil um desenvolvimento

nacionalista sem igual em sua história que permeou tanto no domínio da planificação governamental como no poder político. No questionamento destas bases nacionalistas, tem sido dito que os generais Eurico Gaspar Dutra (titular do Ministério da Guerra) e Pedro Aurélio de Góes Monteiro, (Chefe do Estado Maior do Exército), obviamente representando outros segmentos militares, estimularam Vargas a adotar o nacionalismo como uma forma de autoritarismo. Também deve ser dito que a tendência para exaltar o patriotismo, fundamentou-se nas ameaças que vinham do exterior, quer tenham sido reais ou imaginárias. Neste aspecto, há de considerar-se o quadro internacional no qual o Governo de Berlim dava mostras de reconhecer como seus filhos, os quase oitocentos mil descendentes germânicos domiciliados no Brasil meridional, quer eles tivessem parentesco direto ou indireto com residentes na Alemanha. Outra preocupação nacionalista, porém em escala muito menor, era com a histórica rivalidade com a República Argentina, cuja rivalidade vinha desde os tempos coloniais quando Portugal e Espanha assinaram o Tratado de Santo Ildefonso, no século XVIII. Este nacionalismo Estadonovista caracterizou-se por ser essencialmente político e pragmático servindo entre outros fins para que Getúlio Vargas derrotasse os seus oponentes. Contudo, deve ser lembrado, que o Chefe de Estado, não só utilizou-se desta prática do poder para fortalecer sua imagem de Estadista, porém dela fez uso, para estimular o progresso nacional.

Uma amostragem desta situação pode ser encontrada na divulgação que o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) fazia do Chefe de Estado junto a escolares do antigo curso primário. Passando os olhos por determinadas publicações deste departamento, encontram-se livros bem elaborados que apresentam o Chefe de Estado num plano superior, dialogando e dando atenção a escolares uniformizados, que portando pequenas bandeiras nacionais, acenam-lhe com entusiasmo.

Para Francisco Campos, a nova carta constitucional, concretizava as idéias democráticas de maneira muito mais ampla do que as anteriores de 1891 e 1934. A nova Constituição lançava

mão de uma forma mais direta de democracia, responsável perante o povo em seu conjunto e na qual os direitos individuais seriam limitados e equilibrados com os direitos de toda a comunidade nacional.

Azevedo do Amaral foi talvez o mais eloqüente apologista do regime Estadonovista e apresentou a modernização do país como justificativa para o reforço da autoridade do Estado. Além disso, Amaral exaltava o novo regime como a concretização institucional do nacionalismo ideológico. Questionando os aspectos institucionais do Estado Novo, este analista político destacou a figura de Vargas, procurando explicar o papel simbólico e funcional deste na implantação da nova política. Visava com isto, passar a idéia do personalismo como força política nacional, o que na opinião de Amaral, não acontecia com nenhum outro líder brasileiro.

3. A chancelaria do Estado Novo

Nesta parte do trabalho objetiva-se o exame da estrutura do Ministério de Relações Exteriores na época do Estado Novo além do exame de algumas ocorrências de repercussão internacional em que este Ministério tomou parte. O ponto alto, ou seja, o cume do prestígio da Chancelaria do Rio de Janeiro, foi inegavelmente o fato da mesma ter sido escolhida como sede da III Conferencia dos Chanceleres, na qual participou com invulgar destaque tendo o seu titular o Dr. Oswaldo Aranha, constituído-se no centro de todas as atenções.

Quando em 1937 foi instaurado no Brasil o Estado Novo, Oswaldo Aranha desempenhava a função de Embaixador em Washington. Em decorrência deste fato, Aranha retornou ao Brasil e demitiu-se do cargo que ocupava. Porém Vargas que contava em sua equipe ministerial com militares de grande peso político, como os já mencionados generais Dutra e Góes Monteiro, (ambos tidos como pró-Alemanha) tratou de persuadir Aranha a permanecer no Governo o que de fato ocorreu. Vargas, exercendo suas inegáveis habilidades de mandatário, também convenceu o seu ex-Embaixador em Washington a assumir o Ministério de

Relações Exteriores, o que por outro lado, equilibrou as forças políticas no Estado Novo, pois que, era público e notório que Oswaldo Aranha era a favor dos Estados Unidos.

O novo titular do Ministério de Relações Exteriores, ao assumir o cargo, deparou-se com uma Chancelaria já prestigiada por atuações de relevo no âmbito americano. Na verdade, com a revolução de 1930, o Itamaraty passou a ser mais dinâmico adaptando-se aos novos tempos. Em consequência, privilegiou-se os assuntos referentes ao comércio exterior, pois Vargas, concluiu pela necessidade de acordos comerciais capazes de estimular o desenvolvimento da produção nacional e de proporcionar novos mercados para as exportações do Brasil. Fato este, que na realidade gerou numerosos “arranjos” com vários países.³

Por outro lado, antecedendo ao novo Ministro, a política externa do Governo Vargas, definia-se em termos bastante claros, com predominância das atenções preferencialmente para os países americanos. A estes, era dado um tratamento preferencial, dispensando-se uma particular colaboração e solidariedade. Sem margem a dúvidas, Vargas, usufruía de prestígio perante a comunidade internacional americana. E, isto, era uma consequência de sua atuação nos principais lances da diplomacia sul-americana.

Gerson MOURA, estudando este assunto, diz que, “(...) *os quinze anos do primeiro governo Vargas, representaram no seu conjunto um momento de ampla projeção do Brasil no plano internacional*”. (1938: 576).

4. Grandes momentos da chancelaria estadonovista

Neste subtítulo busca-se identificar os acontecimentos mais relevantes ocorridos na esfera de atuação da Chancelaria Estadonovista. Convém dizer que quando Oswaldo Aranha chegou

³ Sobre a ampliação do comércio brasileiro-alemão, produtos e meios financeiros, leia-se John Wirth, “A Política do Desenvolvimento na Era de Vargas”, Rio de Janeiro: FGV, 1973, p. 35-51.

ao Itamaraty, trazia consigo a experiência de sua atuação em vários cargos públicos, fato este que contribuiu para uma excelente atuação à frente da Chancelaria. Foi nesta época, cuja vigência decorreu em todo o Estado Novo, que Aranha reorganizou a Chancelaria, adaptando-a as circunstâncias dos novos tempos e criando o quadro único da carreira diplomática. Ocorreu também neste período a proposta de uma nova estrutura da Secretaria de Estado, através da ampliação do Departamento de Administração. Porém, foi no que diz respeito às Relações Internacionais, que o pulso firme de Oswaldo Aranha, apontou o rumo a seguir pela nossa diplomacia, em uma época muito difícil para as democracias ocidentais.

Um exemplo disto ocorreu em 1942, quando os embaixadores dos países do Eixo, no Rio de Janeiro, através de correspondência ao titular do Itamaraty, fizeram veladas ameaças ao Brasil recebendo em troca, respostas firmes por parte do Chanceler brasileiro. Para uma melhor compreensão das atividades do Itamaraty, neste momento histórico do Brasil, examinasse-a suas atividades através de uma focagem sobre dois ângulos distintos: o plano interno e o externo.

4.1 O Itamaraty no plano nacional

O cerne da reforma Oswaldo Aranha, e que se consistiu em verdadeiro acontecimento histórico, foi a determinação de que os trabalhos do Ministério das Relações Exteriores seriam doravante, executados por funcionários pertencentes ao seu Quadro Único, extinguindo-se a distinção entre o quadro consular e diplomático. No exterior, a representação diplomática brasileira continuou como até então, sendo representada por Embaixadores, Legações e Representações Consulares sendo estas na categoria de Consulados Gerais, Consulados e Consulados Privativos.

A admissão a carreira diplomática era acessada por concursos de provas e títulos com determinação explícita que somente poderiam concorrer brasileiros natos do sexo masculino, solteiros ou casados com brasileiras natas.

O “Regimento Interno” da gestão Oswaldo Aranha definiu as atribuições dos diferentes órgãos do Itamaraty e atribuiu a Secretaria de Estado, a função de auxiliar imediato do Ministro, cabendo ao Secretário substituir o Ministro em sua ausência. Nesta reorganização da administração, ganhou espaço, o Serviço de Documentação, como entidade administrativa. O Arquivo Histórico (AHI) foi formado com a reunião de toda a documentação anterior a 1930, acrescida de alguns Arquivos particulares, doados ou adquiridos pelo Ministério.

Também como parte integrante destas reformas foram estruturados outros setores correlatos como a Mapoteca e a Biblioteca. Porém ficou estabelecido que as consultas permitidas dos pesquisadores deveriam observar rigorosamente a “Lei dos 30 anos”. De acordo com Aluísio NAPOLEÃO, estes arquivos são em número de oito, e todos eles pertenceram a figuras da diplomacia brasileira como: Duarte da Ponte Ribeiro, Rodrigo de Souza da Silva Pontes, Francisco Adolpho de Varnhagem, Francisco Ignácio de Carvalho Moreira, Joaquim Thomas do Amaral, José Maria da Silva Paranhos Júnior e Joaquim Nabuco.

Os problemas referentes à perseguição política ou étnica na Europa, levaram o Ministério de Relações Exteriores do Brasil a estabelecer normas sobre a entrada, registro, concentração, assimilação, e expulsão de estrangeiros. Para tanto, foi criado o Conselho de Imigração e Colonização e instituído o regime de quotas de emigrantes além de ser proibida a constituição de núcleo colonial por estrangeiros de uma só nacionalidade. Também foi vetado aos elementos de outras nacionalidades que não a brasileira, a atividade política no Brasil para com isto, evitar a difusão de programas de partidos políticos estrangeiros. E, ademais se lançou mão de medidas protecionistas ao país em virtude do aumento da pressão imigratória por um lado bem como para aumentar o fluxo das correntes turísticas para o Brasil.

Ainda no quadro da redefinição das atividades dos vários órgãos do Itamaraty, destinou-se para a Divisão de Fronteiras, o estudo das questões referentes aos limites do Brasil e a sua demarcação, negociação, interpretação e aplicação.

4.2 O Itamaraty no plano internacional

No plano internacional e no que diz respeito mais particularmente ao hemisfério americano, a Chancelaria brasileira na década de 1930, portanto já antes do Estado Novo, vinha mantendo um posicionamento que privilegiava o pan-americanismo. Este teve em Vargas um dos seus principais artífices, o que colocou o Brasil em uma posição de prestígio no consenso americano. Antecedendo ao período Estadonovista, já havia destacado-se o Ministério de Relações Exteriores em três grandes ocorrências internacionais.

O “incidente de Letícia”, caracterizado pelo conflito entre peruanos e colombianos, teve no Brasil, um hábil mediador que conduziu as partes para um entendimento. As questões de limites e navegação em rios amazônicos, entre estes dois países, foram negociadas a contento e ambos celebraram, em 1934, no Rio de Janeiro, um “Protocolo de Paz, Amizade e Cooperação”.

A “questão do Chaco”, na qual novamente a diplomacia do Brasil desempenhou papel fundamental na mediação e pacificação de dois países sul-americanos. Paraguai e Bolívia, após um período de beligerância, firmaram em 1935, em Buenos Aires o Tratado Definitivo de Paz, Amizade e Limites.

E, em 1936, na Conferência Interamericana de “Consolidação da Paz”, em Buenos Aires, o Itamaraty destacou-se na apresentação de seus trabalhos, com relação ao Sistema de Consultas Interamericano.

Outros atos de importância para o Itamaraty, constituíram-se nas demarcações territoriais das linhas de fronteiras das Guianas Britânicas e Holandesa. Em ambos os casos uma Comissão Mista percorreu a totalidade das linhas de fronteiras, procedendo-se a um levantamento topográfico para posterior fixação dos marcos comuns aos Governos interessados.

Importa destacar na execução deste serviço, o chefe da Comissão Brasileira, Capitão-de-mar-e-guerra Brás Dias de Aguiar. E isto porque este militar já vinha há bastante tempo prestando importantes missões para a Marinha como, por exemplo,

a determinação das coordenadas geográficas de Fernando Noronha e o levantamento hidrográfico do rio Acre. A reputação adquirida nestes e em outros trabalhos, qualificou Dias de Aguiar para posteriormente ser convidado para proceder ao levantamento da linha divisória peruano-equatoriana e após, em 1945, proferir um Laudo Arbitral.

Deve-se ressaltar que o Ministério de Relações Exteriores do Brasil entre 1937-44, teve uma atuação destacada em todas as Conferências de que participou, ou seja: na VIII Conferência Internacional, em Lima; na I Reunião de Consultas, no Panamá; na II Conferência dos Chanceleres, na capital de Cuba e muito particularmente, no Rio de Janeiro, quando sediou a III Reunião de Consulta de Ministros.

Nas várias reuniões, de alto nível internacional e brilho intelectual, de que participou a Chancelaria do Brasil deixou claro seu posicionamento de permanecer junto aos demais países americanos, em torno da solidariedade continental e demais idéias comuns. Na Ata de Havana, este ponto de vista ficou muito nítido quando o Itamaraty acompanhou o parecer dos Estados Americanos, votando a favor da integridade territorial americana.

4.2.1- A VIII Conferência Internacional Americana em Lima, Peru

Quando na Europa, ocorriam os primeiros lances da Segunda Guerra, inaugurava-se em Lima, a VIII Conferência Americana cujo tema girava em torno da "defesa continental" contra uma possível intervenção dos países do Eixo. Porém, deve-se entender que neste momento havia uma intensa rivalidade comercial entre os Estados Unidos e a Alemanha. No que dizia respeito ao projeto de "solidariedade continental", patrocinado pelo Departamento de Estado norte-americano, interpôs a Argentina, outra fórmula, de acordo com seus interesses relativos ao comércio que mantinha com a Alemanha. Criado o impasse, interviu o Embaixador Afrânio de Melo Franco, chefe da delegação brasileira, que ao intermediar as divergências, proporcionou um

ponto comum na solidariedade americana. Com isto foi possível assinar-se na capital peruana, a “Declaração de Princípios de Solidariedade da América”, o que inegavelmente constituiu-se em um mérito da Chancelaria do Brasil. Na mesma ocasião, declarou o plenipotenciário brasileiro, que a política externa do Itamaraty era pela condenação da guerra e por negação de auxílio ao agressor, mas que também se perfilava pela mediação, arbitragem e pacificação.

4.2.2- A Conferência do Panamá

Em setembro de 1939, considerando o quadro sombrio da guerra na Europa, reuniram-se os Chanceleres dos países americanos, na cidade do Panamá, onde celebraram, a “I Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas”. Nesta reunião foi votada e aprovada uma resolução de neutralidade dos países americanos com relação ao conflito que então se desenrolava na Europa. A representação do Brasil, chefiada pelo Embaixador Carlos Martins Pereira de Souza apresentou com eloquência a tese da fixação de uma “zona de proteção” ao redor do continente americano, região esta, que estaria excluída das ações bélicas.

O posicionamento brasileiro mostrou sem dúvida que o Governo do Rio de Janeiro possuía um ponto de vista declaradamente pan-americano. E, sua proposta foi fundamental para o plenário aprovar uma resolução na qual declarou-se como região de segurança, uma faixa de trezentas milhas náuticas em redor do continente americano.

4.2.3- A Conferência de Havana

Antecedendo a esta reunião internacional, o Presidente Vargas, na instalação da Comissão Interamericana de Neutralidade, havia declarado formalmente a neutralidade do Brasil, frente ao conflito europeu. Isto posto, quando da abertura da Conferência de Havana, em julho de 1940, o Brasil, não só desfrutava de um considerável prestígio internacional bem como possuía uma

definição clara em termos de política externa. Nesta II Conferência de Chanceleres, a questão das Guianas, conscientizou os Embaixadores presentes de que a guerra em solo europeu poderia estender-se até a América. É isto por que os exércitos nazistas haviam invadido e ocupado a França e a Holanda, detentoras de territórios nas Américas.

Observando as proporções do avanço alemão, os Chanceleres americanos começaram a temer que as colônias americanas - As Guianas principalmente - pertencentes a nações européias envolvidas no conflito, fossem ocupadas pelas forças germânicas. A partir desta perspectiva, foram votados vários projetos que faziam frente a uma eventual situação conflitiva no território colonial da França, Holanda e Inglaterra, localizadas ao norte da América do Sul. O projeto brasileiro relativo a "Administração provisória de colônias européias na América", foi entendido como o mais completo e serviu para o ponto de partida para os estudos sobre a questão.

A partir da exposição de motivos do Brasil, sobre as dependências européias na América, elaborou-se um documento, no qual os países participantes desta Conferência, proclamaram solenemente, que qualquer violação de uma nação não americana contra a integridade territorial ou soberania de um país ou território das Américas, seria considerado como um ato de agressão contra todos os países do hemisfério. Esta declaração tem sido interpretada como uma vitória tática do presidente dos Estados Unidos, Franklin Roosevelt, em sua política de tornar os Estados Unidos uma grande potência.

4.2.4 - A III Conferência dos Chanceleres

De todas as Conferências internacionais de que o Brasil participou, no séc. XX, a mais transcendente, foi sem dúvida nenhuma, a instalada na cidade do Rio de Janeiro, em 15 de janeiro, de 1942. E, da mesma forma o foram para outros países, como o Peru e o Equador. Também deve ser asseverado que "*nesse encontro atingiu o auge os esforços norte-americanos (...) na sua posição anti-eixo*" (MOURA, 1991: 35).

A III Reunião de Consulta dos Ministros de Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, foi antes de mais nada, uma estratégia dos Estados Unidos, em busca de recursos e apoio político dos países latino-americanos, para fazer frente as potências do Eixo, no quadro Internacional. Nesta perspectiva mais geral, constatou-se que o Departamento de Estado norte-americano, já vinha preparando os seus projetos de pressão econômica e política sobre os países latino-americanos bem antes do ataque nipônico a Pearl Harbor, ocorrência esta, utilizada como motivo para os norte-americanos, entrarem na Segunda Guerra mundial e apressarem a convocação da Reunião dos Chanceleres. Dos projetos do Governo de Washington, é necessário enfatizar dois em particular: um deles, o que tratava de assegurar o fornecimento de matérias-primas necessárias ao esforço de guerra e o outro, mais importante, o da "solidariedade continental" dos países americanos para com os Estados Unidos, rompendo em bloco as relações com o Eixo. Em outras palavras os norte-americanos desejavam obter no Rio de Janeiro, o rompimento de relações de todas as nações latino-americanas com o Eixo.

O Brasil, escolhido por indicação norte-americana, em detrimento do Chile, para sediar a III Conferência, teve em Oswaldo Aranha o presidente desta reunião internacional o que não deixa dúvidas sobre o interesse norte-americano. E, como pode ser lido, no jornal Correio do Povo, de Porto Alegre, edição de dezesseis de janeiro de 1942, a imprensa do Brasil, abriu grandes manchetes para este evento ímpar na capital da República, desbancando para um segundo plano o noticiário sobre a Segunda Guerra mundial. Esta constatação conduz a suposição de que o Estado Novo possuía grande interesse na divulgação da Conferência dos Chanceleres. Situação esta que condiz perfeitamente com a sua idéia de projeção internacional e "*consolidação de uma posição de ascendência sobre seus vizinhos do continente (...) muito particularmente [sobre] o governo argentino*". (BRANCATO, 1994: 238).

Para outros dois países em particular, Peru e Equador, a

Conferência dos Chanceleres, também significou obter apoio político para enfrentar um grave problema de ordem regional, que era a questão da delimitação da fronteira entre estes dois Estados. Alfredo Solf y Muro, Chanceler peruano, em sua passagem pela cidade de Porto Alegre, declarou ao jornal Correio do Povo que:

“No meu país, condenou-se abertamente o traiçoeiro ataque contra os Estados Unidos, e o Peru, agora faz questão de que seja mantida no continente uma frente una e indivisível capaz de repelir qualquer tentativa de agressão”. (C. Povo: 13: 01.42).

Da postura do representante do Governo de Lima, deduz-se a intenção do Peru, em contar com o apoio dos Estados Unidos, mas também o do Brasil, como ficou implícito na complementação da mesma entrevista:

“Brasil e Peru sempre comungaram dos mesmos pensamentos e das mesmas aspirações. Ratificaremos na Conferência dos Chanceleres essa tradicional identidade”. (id. Ibidem).

As várias nações reunidas, após sucessivos entendimentos para chegarem aos interesses colocados na mesa de negociações bem como para conservar coesa toda a América, aprovaram resoluções de diversas ordens, priorizando o aspecto econômico e assegurando ao Governo de Washington um tratamento preferencial no comércio Interamericano.

Porém a questão principal, ou seja, o rompimento de todas as nações americanas com o Eixo, encontrou resistências nos Governos de Buenos Aires e Santiago, além de ter havido necessidade de negociações com o Brasil. Para não ocorrer uma quebra na unanimidade do pensamento continental, as nações reunidas, decidiram aprovar uma recomendação de rompimento com o Eixo e não uma declaração unânime conforme era o objetivo

dos Estados Unidos. Para os Governos da Argentina e do Chile, o ataque japonês à base naval norte-americana não tinha sido contra o hemisfério ocidental, pois a propriedade de Washington localizava-se nas ilhas do Pacífico, distante da costa e, além disso, fora da zona neutra estabelecida na Conferência do Panamá. Ademais interessava a estes dois Governos manter em aberto com a Alemanha e a Itália vínculos comerciais que por certo seriam bastante mais intensos após o fim da guerra.

Tendo em vista a hostilidade da Argentina os norte-americanos procuraram compensar este problema com uma maior aproximação do Brasil. O Chefe de Estado brasileiro, vendo ampliado o seu poder de barganha, aceitou as demandas dos Estados Unidos em troca dos acordos que permitiram a construção da siderúrgica de Volta Redonda. Em outras palavras, Vargas arrancou do Governo de Washington o financiamento da Usina de Volta Redonda através do Eximbank e a implantação do projeto siderúrgico através de empresas privadas norte-americanas.

A III Reunião dos Chanceleres, além de abrigar as pressões norte-americanas sobre os países latinos, também foi palco para o “estrelato” de Oswaldo Aranha, sem dúvida a grande personalidade da Conferência, que creditou a Getúlio Vargas, o êxito da Conferência.

Contudo, não se pode deixar de dizer que para o Peru e o Equador, a III Reunião dos Chanceleres Americanos foi particularmente muito importante. E isto porque, no ano em que antecedeu a mencionada reunião internacional, suas forças militares enfrentaram-se na zona de fronteira. E através da interposição dos Bons Ofícios da Argentina, Brasil e Estados Unidos, foi obtido um armistício que resultou no acordo de Talara e posteriormente no Tratado de Limites, celebrado no Rio de Janeiro.

4.2.5- Pacto de Paz e Amizade entre o Peru e o Equador na Conferência do Rio de Janeiro

O entendimento deste tema exige que sejam traçadas algumas linhas gerais sobre os acontecimentos que precederam

ao Protocolo do Rio de Janeiro de 1942, subscrito entre os representantes do Peru e do Equador. Na década de 1820, ao proclamar-se a independência das várias nações sul-americanas, nasceram Estados sem fronteiras precisas, com mapas e referências documentais contraditórias além de haverem vastas áreas desconhecidas em seus próprios territórios denominadas como "Provincias no descubiertas". A este quadro correspondia a realidade tanto do Peru como do Equador. Durante todo o século XIX, os Governos de Lima e Quito haviam trocado acusações a respeito de violação da soberania nacional tendo por várias vezes medido as forças no campo de batalha representado por uma região fronteiriça de difícil acesso como a Cordilheira do Condor.

No início da década de 1940, tal antagonismo aflorou violentamente nesta região com mútuas acusações de violação do território nacional tanto do Peru como do Equador. Inicialmente ocorreram várias escaramuças de fronteira, porém o conflito alastrou-se por vastas áreas, e os peruanos empregando pela primeira vez na história militar da América do Sul, as brigadas aéreo-transportadas, lograram com seus pára-quedistas, dominar as Províncias de "Loja" e "El Oro" pertencentes ao Equador e ameaçaram invadir o porto de Guayaquil, o principal centro econômico deste país. Como pode ser observado, o conflito entre peruanos e equatorianos assumiu graves contornos. Neste momento de convulsão, as Chancelarias da Argentina, Brasil e Estados Unidos, interpuseram seus Bons Ofícios, transferindo o campo de luta para a mesa das negociações. Assim é que, foi assinado o Acordo de Talara, em 2 de outubro de 1941, firmado pelos delegados do Peru e Equador, e mais os agregados militares das Embaixadas da Argentina, Brasil e Estados Unidos.

Muito embora, ao chegar no Brasil, para a Conferência do Rio de Janeiro, o Chanceler peruano dissimulasse a imprensa, informando que a questão de fronteiras de seu país com o Equador, não seria tratada no Congresso do Rio, a verdade é que este local já havia sido escolhido como palco dos entendimentos dos dois países andinos. Tanto é, que anteriormente a este fato, o Presidente Franklin Delano Roosevelt também já havia solicitado ao Ministro

Brasileiro, que coordenasse as negociações entre peruanos e equatorianos.

Para o Governo de Washington era necessário eliminar os pontos de discórdia na América do Sul, pois estava em jogo o projeto de “solidariedade continental” ou seja, o rompimento de todas as nações do Hemisfério com os as forças do Eixo. Era então necessário persuadir os Governos de Lima e Quito a resolverem pacificamente suas disputas territoriais. Durante o desenrolar da Reunião de Consulta, pela primeira vez na histórica rivalidade peruano-equatoriana, seus ministros de relações Exteriores, Alfredo Solf y Muro e Júlio Tobar Donoso, respectivamente, sentaram-se frente a frente, dando início ao processo de negociações. Logrou-se então, a subscrição de um Protocolo de Paz, Amizade e Limites, que ficou, - assim como sua execução - sob a garantia da Argentina, Brasil, Chile e Estados Unidos, que igualmente subscreveram este importante documento.

Este pacto, que contou com a aprovação de todos quantos concorreram a Reunião de Consulta, revelou a habilidade de Aranha, no trato de questões sul-americanas bem como trouxe consigo prestígio internacional para a Chancelaria brasileira. A bem da verdade, esta foi a que mais trabalhou pelo acerto diplomático das partes litigantes, o que pode ser constatado pelos desdobramentos posteriores.

4.2.6 Rompimento das Relações Diplomáticas do Brasil com os países do Eixo

A atitude do Itamaraty, de romper relações com as potências do Eixo fez parte do contexto de aproximação entre o Brasil e os Estados Unidos. Desde a metade da década de 30 os norte-americanos desenvolviam esforços para manter uma posição preponderante no comércio internacional junto aos demais países do hemisfério americano. Isto quer dizer que procuraram de várias maneiras dificultar as atividades financeiras dos países do Eixo no mercado latino-americano, e se pode dizer que o momento culminante foi a Conferência do Rio de Janeiro.

O flanco atacado pelos EUA, na Conferência do Rio de Janeiro, foi o rompimento em bloco, de todos os países americanos com o Eixo através de uma proposta apresentada pela Colômbia, México e Venezuela. Como já foi dito, quando se tratou da Conferência do Rio de Janeiro, a Argentina e o Chile, resistiram às pressões da política norte-americana, recusando-se a romperem as relações com a Alemanha, Itália e Japão. Por detrás da alegação de que o ataque nipônico a Pearl Harbor havia sido contra uma propriedade norte-americana localizada fora e não dentro da zona de segurança convencionada na Conferência do Panamá, ocultava-se os interesses econômicos. O que, tanto os Governos de Buenos Aires como o de Santiago desejavam, era manter em aberto os canais financeiros com os alemães e italianos para sustentar o comércio com estes países, que seria bastante mais intenso, uma vez terminada a guerra.

Após muitas negociações havidas no plenário da referida Reunião Internacional do Rio de Janeiro, foi acordada uma fórmula que obteve apoio unânime. Para não quebrar a unidade continental, foi decidido que, em vez de aprovar-se uma declaração conjunta como desejava os Estados Unidos, seria apresentada uma resolução, cuja redação dizia que:

“As Repúblicas americanas, obedecendo aos princípios estabelecidos por suas próprias leis, e de acordo com a posição e circunstância de cada uma no atual conflito continental recomendam a ruptura de suas relações diplomáticas com o Japão, a Alemanha e a Itália, por haver o primeiro destes Estados agredido, e os outros dois, declarado guerra a um país americano”.
(CAMARGO, 1966: 278).

Portanto a estratégia norte-americana de criar um bloco monolítico de países americanos fechados ao relacionamento comercial com a Alemanha não atingiu a plenitude de seus propósitos. Com esta vitória diplomática da Argentina, os Estados

Unidos, tiveram que se contentar com uma recomendação e não mais com uma decisão unânime de rompimento com a Alemanha. Importa dizer que o Ministro de Relações Exteriores do Brasil recebeu correspondência diplomática dos Embaixadores dos países do Eixo, nas quais se dizia que o rompimento das relações implicava no virtual estado de guerra latente, entre ambos os países. Isto, porém não foi motivo para intimidar o Governo do Brasil que de modo enérgico rompeu as relações diplomáticas e comerciais com a Alemanha, Itália e o Japão, em 28 de janeiro de 1942,

Quanto aos países andinos, é digno de nota que o Peru, através de um decreto rompeu relações com o Eixo quatro dias antes que o Brasil. E, o Equador por sua parte, procedendo a acordos comerciais com os Estados Unidos que incluíam um acordo sobre as ilhas Galápagos igualmente rompeu suas relações com as forças do Eixo ato este anunciado no último dia da Conferência do Rio de Janeiro.

4.2.7 Declaração de guerra

A declaração de guerra do Brasil aos Governos da Alemanha e Itália, foi precedida de uma aproximação com os Estados Unidos além de uma barganha em termos econômicos com os norte-americanos. De um lado Vargas, concedia ao Governo de Washington o uso do território nacional para o estacionamento de tropas americanas e construção de bases aéreas e navais, o que significava endossar a posição norte-americana no cenário internacional. Em contrapartida Roosevelt, liberava armas para reequipamento militar brasileiro e capitais para financiar a construção da Usina Siderúrgica de Volta Redonda. Procedendo-se a uma análise do período de tempo compreendido entre o fim da Conferência dos Chanceleres e o mês de agosto de 1942, ocorre no Brasil, uma época de ambigüidades. Se por um lado, em nome do Pan-americanismo, Vargas rompeu com o Eixo por outro viés, o regime político do Brasil caracterizava-se por ser uma ditadura que guardava traços de similitude com os Governos autoritários aos quais acabara de contestar. Também deve ser dito

que a colaboração relativamente limitada com os Estados Unidos colocava o Governo do Rio de Janeiro na condição de virtual beligerância, com os países do Eixo, sem que houvesse uma declaração ou intenção tácita neste sentido. Examinando-se a situação do Governo do Rio de Janeiro pela ótica alemã, o Brasil praticava uma política pendular. Em absoluto, não interessava à Berlim ter Vargas como adversário, muito antes pelo contrário. Contudo, não convinha aos alemães que o Brasil colaborasse com os norte-americanos. Isto explica as tentativas de intimidação feitas através do torpedeamento de mercantes brasileiros. Em consequência dos acordos firmados entre Brasil e Estados Unidos, na Conferência de 1942, a frota mercante de bandeira brasileira, que já fazia a ligação com o Atlântico norte, ficava incumbida de transportar matérias-primas para os portos norte-americanos. Esta situação, também não convinha para os interesses germânicos.

A este quadro político, deve ser dito que, brasileiros e norte-americanos, em conjunto, estavam fazendo vôos de patrulha sobre o Atlântico sul, a partir de bases aéreas instaladas no nordeste. Ao que se tem conhecimento, esta situação motivou o torpedeamento de vários mercantes brasileiros que faziam a ligação marítima entre as Américas. Porém, os crimes da Marinha de guerra alemã contra o Brasil não se limitaram a estes episódios. Muito mais duro e selvagens foram os ataques desfechados contra pacíficos navios mercantes brasileiros que faziam as rotas de cabotagem. Até agosto de 1942, os torpedos disparados por submarinos nazistas ou fascistas haviam posto a pique quatorze mercantes de bandeira brasileira e ceifado a vida de mais de seiscentas pessoas conforme consta no quadro demonstrativo do anexo n.1 colocado no final deste trabalho. E, não deve ser esquecido que vários destes ataques foram perpetrados em plena costa do Brasil, atingindo marinheiros e trabalhadores do Brasil que nada tinham a ver com a guerra.⁴

⁴ Para um melhor entendimento desta verdadeira tragédia veja-se o Anexo nº 1.

Nesta situação deve ser compreendido o ponto de vista dos países do Eixo, que viam o Brasil, não como país neutro, porém como aliado dos norte-americanos.⁵

Os ataques nazistas, contra propriedades brasileiras, não deixaram de configurar, um verdadeiro assassinato de cidadãos brasileiros, fato este que causou a indignação popular, tumultos e depredações em vários estabelecimentos comerciais alemães e italianos localizados em cidades brasileiras, como Porto Alegre, por exemplo. A situação política brasileira, com sua dupla tendência internacional atingiu o seu clímax quando os estudantes reunidos em torno da União Nacional dos Estudantes UNE, dirigiram-se ao Chefe do Governo, clamando por uma declaração de guerra. A massa popular pediu vingança e pressionou a Presidência da República com marchas de protesto pelas ruas do Rio de Janeiro. Vargas, num gesto populista recebeu os manifestantes e o Itamaraty enviou uma circular às suas missões diplomáticas na América solicitando que estas emitissem Nota Diplomática, informando as diversas Chancelarias que,

*“O governo brasileiro faz saber aos governos da Alemanha e da Itália que (...) não há como negar que estes países praticaram contra o Brasil atos de guerra criando uma situação de beligerância que somos obrigados a reconhecer na defesa de nossa dignidade, da nossa soberania, de nossa segurança e da América”.*⁶

E, em continuação as medidas adotadas pelo Governo brasileiro contra as agressões européias, Oswaldo Aranha assinou a declaração de guerra contra a Alemanha e Itália. Esta se constituiu de uma Nota Oficial entregue aos Governos de Berlim e Romã, em 22 de agosto de 1942 na qual dizia-se que:

⁵ Uma síntese do assunto pode ser vista em SEITENFUS 1985: 406

⁶ Relatório do Ministério de Relações Exteriores de 1942. O documento pode ser consultado no Arquivo Histórico Itamaraty.

"com flagrante infração das normas do Direito Internacional e dos mais mezinhos princípios de humanidade foram atacados na costa brasileira (...) os vapores" Baefendi "", Aníbal Benévolo "(...)" Araras "", Araraquara "e o" Itagiba ". (...) Não há como negar que a Alemanha praticou contra o Brasil atos de guerra criando uma situação de beligerância que somos forçados a reconhecer na defesa da nossa dignidade, da nossa soberania e da nossa segurança".⁷

Considerações finais

Nas paginas precedentes constatou-se que o Estado Novo caracterizou-se, na História do Brasil, como um período autoritário e nacionalista, no qual o Chefe da Nação com seu caráter paternalista e populista era o principal personagem em cena. E foi pela vontade de Vargas, que Oswaldo Aranha assumiu o Ministério de Relações Exteriores que com este Chanceler teve uma completa reforma em sua forma de atuação.

Porem a emergência Estadonovista não pode ser atribuída a uma pessoa ou grupo de pressão. Antes pelo contrário, deu-se em consequência das ocorrências européias tanto no plano teórico (totalitarismo) como na beligerância entre vários países (Segunda Guerra).

Fica evidenciado a partir destas colocações, a formulação de uma política "verde-amarela", que oscilou desde uma forte vinculação de interesses comerciais com a Alemanha, até o alinhamento com os Estados Unidos, em troca de capitais e tecnologia para a construção do parque siderúrgico de Volta Redonda.

Entre um e outro extremo, constatou-se que a Chancelaria brasileira participou com destaque em várias Conferências

⁷ O documento em apreço fez parte do Relatório do Ministério de Relações Exteriores, referente ao ano de 1942.

Internacionais. Nestas, a voz de seus Embaixadores, se fez ouvir e respeitar como o foi em Havana, quando o Brasil apresentou o projeto, "Administração provisória de colônias européias na América". Porém o grande prestígio do Estado Novo e sua Política Externa ficou demonstrada em 1942, quando o Presidente norte-americano indicou o Rio de Janeiro para sediar a III Conferência dos Chanceleres.

Muito embora, esta reunião internacional tenha sido uma estratégia do Presidente Roosevelt, é inegável que foram analisados temas de grande importância para o contexto continental. No desenrolar da reunião, colocou-se em jogo e decidiu-se parte dos destinos do ocidente. E, nesta ocasião, o Brasil projetou—se no cenário internacional, devido em grande parte aos trabalhos de Oswaldo Aranha.

Também se constituiu em episódio de grande relevância, durante a III Conferência de Chanceleres, o fato dos plenipotenciários do Peru e do Equador, concordarem em negociar a sua grave questão de fronteiras. Ocorrência esta, inédita na História dos dois países. E, importa concluir que na tessitura destes acontecimentos, estava presente o Itamaraty, que por intermédio do seu Chanceler, não só orientou os trabalhos, mas também subscreveu (pelo Brasil) o pacto de Paz, na qualidade de fiador.

Por último, é importante observar que o rompimento do Brasil com os países do Eixo, constituiu-se em uma atitude sensata, calculada e que ademais, acompanhou o parecer da maioria das nações do hemisfério.

Concluindo, fica evidenciado que o estado Novo, constituiu-se em um fenômeno ímpar na História do Brasil, compatível com a época de sua vigência. A política externa Estadonovista oportunizou ao Chefe de Nação, o ensejo de arrancar importantes concessões norte-americanas, necessárias ao desenvolvimento do seu país. E, a Chancelaria Estadonovista, no fiel desempenho de suas funções, elevou o país a uma posição hegemônica entre os países da América Latina, tendo esta situação, traduzindo-se nas negociações que conduziram o Peru e o Equador a firmarem o "Protocolo do Rio de Janeiro".

Referências Bibliográficas

- BRANCATO, Sandra M. Lubisco. A neutralidade argentina na Segunda Guerra Mundial: efeitos sobre as relações Brasil, Argentina e Uruguai. p. 256-265. IN: CERVO, Amado Luiz; DOPCKE, Wolfgang. **Relações Internacionais dos países Americanos**. Brasília: Linha Gráfica, 1994.
- BRASIL, Ministério de Relações Exteriores. **Relatório do Ministério**, 1942.
- CASTRO, Flávio Mendes de Oliveira. **História da Organização do Ministério de Relações Exteriores**. Brasília: UnB, 1980.
- CAMARGO, Aspásia; ARAÚJO, João Hermes Pereira; SIMONSEN, Mário Henrique. **Oswaldo Aranha, a estrela da revolução**. São Paulo: Mandarin, 1966.
- COHN, Gabriel. Problemas da Industrialização no Século XX. IN: MOTA, Carlos Guilherme. **Brasil em Perspectiva**. 20 ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995.
- DOZER, Donald Marquand. **América latina**. Porto Alegre: Globo, 1966.
- FUNDAÇÃO, Getúlio Vargas. **Dicionário de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: FGV, 1986.
- LAUERHASS JR., Ludwing. **Vargas e o triunfo do nacionalismo brasileiro**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1986.
- MOURA, Gerson. A revolução de 1930 e a política externa brasileira. IN: FGV, **A revolução de 30, Seminário Internacional**. Brasília: UnB, 1983.
- _____. **A Neutralidade Dependente: O Caso do Brasil, 1939-42**. Estudos Históricos. N. 12, p. 177-189. Rio de Janeiro, 1993.
- _____. **Autonomia na dependência**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990
- _____. **Estados Unidos e América Latina**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 1991.
- _____. **Tio San chega ao Brasil**. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

- NAPOLEÃO, Aluízio. **Os Arquivos Particulares do Itamaraty**. Rio de Janeiro: MRE, 1940.
- O DONNEL, Francisco Talaia. **Oswaldo Aranha**. Porto Alegre: Sulina, 1980.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELOSO, Mônica; GOMES, Angela. **Estado Novo: Ideologia e Poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- PINSKY, Jaime. O Brasil nas Relações Internacionais. IN: MOTA, Carlos Guilherme. **Brasil em Perspectiva**. 20 ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995.
- SCHWARTZMAN, Simon (org.). **Estado Novo, um auto-retrato**. Brasília: UnB, 1983.
- SEITENFUS, Ricardo Antônio da Silva. **Brasil de Getúlio Vargas e a formação de blocos: 1930-1942**. São Paulo: Nacional, 1995.
- SOLA, Lourdes. O golpe de 37 e o Estado Novo. IN: MOTA, Carlos Guilherme. **Brasil em perspectiva**. 20 ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995.

ANEXONº 1

NAVIOS MERCANTES BRASILEIROS TORPEDEADOS DURANTE A II GRANDE GUERRA

N.º de Ident.	Navios	Data do Ataque	N.º Tripul.	N.º Passag.	Mortos ou desaparecidos		
					Tripul.	Passag.	Total
1	Cabedelo	15.02.42	54	-	54	-	54
2	Buarque	16.02.42	74	11	-	1	1
3	Olinda	18.02.42	46	-	-	-	-
4	Arabutã	07.03.42	51	-	1	-	1
5	Caira	09.03.42	75	14	47	6	53
6	Paraíba	01.05.42	72	-	7	-	7
7	Comandante Lira	18.05.42	52	-	2	-	2
8	Gonçalves Dias	24.05.42	52	-	6	-	6
9	Alegrete	07.06.42	64	-	-	-	-
10	Pedrinhas	26.06.42	48	-	-	-	-
11	Tamandaré	26.07.42	52	-	4	-	4
12	Piave	28.07.42	35	-	1	-	1
13	Barbacena	28.07.42	61	1	6	-	6
14	Bzepondi	15.08.42	73	233	55	215	270
15	Araraquara	15.08.42	74	68	66	65	131
16	Anibal Benévolo	16.08.42	71	83	67	83	150
17	Itagiba	17.08.42	60	121	10	26	36
18	Arará	17.08.42	35	-	20	-	20
19	Jacira	19.08.42	5	1	-	-	-
20	Osório	27.09.42	39	-	5	-	5
21	Lages	27.09.42	49	-	3	-	3
22	Antonico	28.09.42	40	-	16	-	16
23	Povo Alegre	03.11.42	47	-	1	-	1
24	Apalóide	22.11.42	57	-	5	-	5
25	Brasilóide	18.02.43	46	4	-	-	-
26	Afonso Pena	02.03.43	89	153	33	92	125
27	Tudóia	30.06.43	37	-	7	-	7
28	Pelotasóide	04.07.43	42	-	5	-	5
29	Bagé	31.07.43	107	27	20	8	28
30	Itapagé	26.09.43	70	36	18	4	22
31	Campes	23.10.43	57	6	10	2	12
Total			1.734	758	469	502	971

Quadro reproduzido de acordo com Flávio Mendes de Oliveira CASTRO, 1983: 364.